



TERMO DE REFERÊNCIA

1 - EMENTA: Dispensa de licitação em razão do valor do contrato

1.1. A contratação por dispensa de licitação com fulcro no artigo 24, II da Lei 8666/93, deve ser precedida de definição do objeto e motivação da dispensa, quanto ao ato legal e quanto às especificações do objeto. Além disso, deve haver previsão orçamentária para tanto.

1.2. Quanto ao contrato, é necessário exigir as certidões de regularidade fiscal. Considerando que todos os requisitos foram observados e cumpridos, o parecer é pela legalidade do processo em apreço.

1.3. Após a elaboração do ato de dispensa, o mesmo deve ser submetido à autoridade competente para homologação. Em seguida, deve ser providenciada a publicação do extrato contrato, nos termos do art. 61, parágrafo único da Lei 8666/93.

2 - DA NECESSIDADE DO OBJETO

2.1. O presente procedimento tem por objeto a **Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos no setor de tributação afim de subsidiar os trabalhos de gestão e aprimoramento da arrecadação de tributos próprios**, pelo período de doze meses o setor de tributação no intuito de maximizar as receitas próprias dos tributos municipais nos termos do presente documento tanto no âmbito do planejamento tático como operacional, aprimorando as regras de negócio da administração tributária, modernizando as normas municipais, e implementando os institutos de substituição tributária e integralidade da base de cálculo dos tributos, sempre respeitando a segurança jurídica, a capacidade contributiva e a inalienabilidade do interesse público.

2.2. Após análise da proposta apresentada por empresas, verificamos que a referida solução revela-se imperiosa visando à melhoria na qualidade dos serviços prestados pela empresa BRACHIO – ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA, domiciliada a Av, Marechal Deodoro, 383, 1º piso, sala 3B, bairro Araés, Cuiabá – MT, CEP: 78.005-505.

3 - DO OBJETO

3.1. A **“Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos no setor de tributação afim de subsidiar os trabalhos de gestão e aprimoramento da arrecadação de tributos próprios, do Município de Alto Garças”**.

4 - DA JUSTIFICATIVA DO OBJETO

4.1 Desde que a constituição de 1988 foi promulgada as obrigações atribuídas ao poder executivo municipal foram majoradas significativamente transformando os gastos com custeio e investimento em um verdadeiro pesadelo aos chefes do poder executivo municipal.

4.2. Com o aumento das demandas e das responsabilidades do PODER DE POLÍCIA a administração fazendária ganhou responsabilidades ainda maiores que as praticadas até então.





4.3. A Prestação de Serviços de Publicação justifica-se pelo fato de que a administração tributária se depara com uma multiplicidade de obrigações que demandam um conhecimento intangível (expertise) muito além da capacidade de absorção da atual equipe de servidores locados no setor. Tal multiplicidade demanda um esforço interdisciplinar qualificado para produzir uma resposta a altura das demandas o que inevitavelmente implica na necessidade da contratação de uma assessoria especializada.

4.4. Segundo os últimos levantamentos oficiais do Ministério da economia a receita própria dos municípios representa algo em torno de 1,5% do Produto Interno Bruto se mostrando insuficiente para fazer frente às demandas financeira local. A aludida deficiência arrecadatória fica ainda mais evidenciada pelo fato de os resultados com as receitas próprias de nosso município ficarem abaixo da média de arrecadação dos municípios do estado de Mato Grosso.

4.5. Por este motivo, tanto o aprimoramento da normatização tributária municipal bem a modernização e adequação dos procedimentos tributários municipais são de fundamental importância para o incremento de novas receitas para a fazenda pública municipal.

5 - DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA

5.1. A presente contratação faz-se necessária para investigar as sonegações, bem como para criar e implantar novas receitas municipais, possibilitando melhorias das condições de arrecadação do erário público.

5.2. Cumpre destacar inicialmente o valor proposto no orçamento enquadra-se no disposto no art. 23, inciso II, alínea "a" da Lei nº. 8.666/93, mencionando a dispensa de licitação para contratação de serviços e compras em razão do valor do contrato, onde há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais.

5.3. Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 24, inciso II da Lei n. 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação.

5.4. Destaca-se que há informação de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, para realizar a presente contratação.

5.5. O Art. 24 parágrafo II da Lei 8666/93 prevê que é dispensável a licitação, quando serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez e que tem respaldo na presente data pela edição dos valores da nova MP 961/2020, que traz economia e transparência aos gastos

5.6. A razão da escolha do fornecedor supracitado se deve pela pesquisa de preço realizada, onde a empresa BRACHIO ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA a ser contratada com o menor valor, encontra-se apta para o fornecimento do objeto, e conforme certidões negativas apresentados.





5.7. A prestação de serviço disponibilizado pela empresa supracitada é compatível e não apresenta diferença que venha a influenciar na escolha, ficando está vinculada apenas à verificação do critério do menor preço.

5.8. O critério do menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 03 (três) propostas.

5.9. A despeito desta assertiva, o TCU já se manifestou:

[...] adotar como regra a realização de coleta de preços nas contratações de serviço e compras dispensadas de licitação com fundamento no art. 24, inciso II, da lei n. 8.666/93" (Decisão nº 678/95-TCU-Plenário, Rel. Min. Lincoln Magalhães da Rocha. DOU de 28. 12.95, pág. 22.603).

"Proceda, quando da realização de licitação, dispensa ou inexigibilidade, à consulta de preços correntes no mercado, ou fixados por órgão oficial competente ou, ainda, constantes do sistema de registro de preços, em cumprimento ao disposto no art. 26, parágrafo único, inciso III, e art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, os quais devem ser anexados ao procedimento licitatório [...]". Acórdão 1705/2003 Plenário.

5.10. No caso em questão verificamos, como já foi dito, trata-se de situação pertinente a Dispensa de Licitação.

5.11. De acordo com as diretrizes do Tribunal de Contas da União, como pode ser visto acima, a orientação é que no caso de dispensa e inexigibilidade seja obedecida à coleta de preços, que por analogia deve obedecer ao procedimento da modalidade convite que exige no mínimo três licitantes.

5.12. De acordo com a Lei 8.666/93, após a cotação, verificado o menor preço, adjudica-se o serviço àquele que possuir o menor preço, a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, e regularidade fiscal, de acordo com o que reza o art. 27 da Lei 8.666/93, em seus incisos I, II, III, IV.

5.13. Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

5.14. Nota-se que o valor da contratação está dentro do limite previsto em lei, com isto, objetiva-se atender aos princípios da legalidade, economicidade e celeridade, realizando a presente contratação.

5.15. Isto posto, opta-se pela dispensa da licitação por considerar que o valor da contratação não compensa os custos da Administração com o procedimento licitatório.

5.16. A empresa escolhida neste processo para sacramentar a contratação dos serviços pretendidos, foi:

5.16.1. BRACHIO ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 30.493.312/0001-45, domiciliada a Avenida Marechal Deodoro, 383, 1º andar, Sala 3ª, bairro Araés, Cuiabá – MT, CEP, 78.005-505.

5.17. Da habilitação jurídica e da regularidade fiscal, nos procedimentos administrativos para contratação, a administração tem o dever de verificar os





requisitos de habilitação estabelecidos no art. 27 da Lei 8.666/93. Porém, excepcionalmente, a lei de regências prevê a possibilidade de dispensa de alguns dos documentos, notadamente, os previstos nos artigos 28 a 31, conforme estabelecido no § 1º do art. 32 da Lei 8.666/93.

5.18. A propósito, há recomendação do Tribunal de Contas da União nesse sentido:

Deve ser observada a exigência legal (art. 29, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993) e constitucional (art. 195, § 3º, da CF) de que nas licitações públicas, mesmo em casos de dispensa ou inexigibilidade, é obrigatória a comprovação por parte da empresa contratada de:

Certidão Negativa de Débito (INSS - art. 47, inciso I, alínea a, da Lei nº 8.212, de 1991);

Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (SRF-IN nº 80, de 1997); e

Certificado de Regularidade do FGTS (CEF) (art. 27 da Lei nº 8.036, de 1990). Acórdão 260/2002 Plenário.

5.19. Resta deixar consignado que a contratada demonstrou habilmente sua habilitação jurídica e regularidade fiscal.

5.20. Da minuta contrato visando instruir a Dispensa de Licitação do Processo Administrativo em epígrafe, definindo claramente as obrigações das partes, esta CPLMT junta aos autos a Carta Contrato – Minuta.

6 - DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado em até 10 dias após o recebimento da NFE da CONTRATADA.

6.2. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à contratada.

6.3. Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da administração e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

6.4. No caso de inadimplemento, por mais de 90 (noventa) dias, com as obrigações relativas ao pagamento mensal dos serviços prestados, a **CONTRATADA** notificará o **MUNICÍPIO** que será suspenso os serviços até que sejam regularizados os pagamentos ao contratado em atraso.

6.5. Em decorrência da classificação do serviço como sendo “17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares” fica estabelecida a não retenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza nos termos do artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 116/03, a saber:

Art. 3º O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, (...).





7 - DOS ITENS E PREÇO

Código TCE	item	Unidade de fornecimento	Quant.	Valor Unit.	valor anual
423969-5	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NO SETOR DE TRIBUTAÇÃO AFIM DE SUBSIDIAR OS TRABALHOS DE GESTÃO E APRIMORAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS PRÓPRIOS	MÊS (cód.: 1092)	12	1.460,00	17.520,00

7.1. O preço global da presente proposta será de R\$ 17.520,00 (dezessete mil e quinhentos e vinte reais) sendo o serviço realizado por fases devendo o pagamento ser realizado proporcionalmente nos termos a serem definidos em contrato.

7.2. Os honorários da equipe compreendem todos os custos com passagens, deslocamentos (táxi, Uber, ou KM), alimentação e hospedagem para **dentro do município de Alto Garças - MT** ficam inseridos no custo do contrato.

8 – DESCRIÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕE O OBJETO:

1. Suporte ao arbitramento da base de caçulo do ITBI:
 - a. Assessoria na implantação da comissão de avaliação;
 - b. Suporte na emissão de avaliação urbana e rural;
 - c. Auxílio na identificação de fatos geradores não computados;
2. Incremento de arrecadação do ISS:
 - a. Assessoria na customização das novas regras junto ao sistema de informação tributário;
 - b. Suporte na revisão dos lançamentos por homologação;
 - c. Suporte no enquadramento dos profissionais autônomo;
 - d. Suporte no arbitramento dos valores referentes as construções civis;
 - e. Assessoria na implementação do sistema de substituição tributário;
3. Revisão do lançamento do IPTU;
 - a. Auxílio na análise das hipóteses de isenções;
 - b. Análise dos pedidos de não incidência;
 - c. Suporte na revisão da base de cálculo;
 - d. Suporte no lançamento por ofício de novos Cadastros Imobiliários;
 - e. Suporte na revisão dos BCI já existentes;
4. Adequação das taxas de Serviços Públicos:
 - a. Revisão dos gastos pertinentes aos serviços públicos e os valores cobrados a título de custeio por meio das taxas;
 - b. Auxílio no processo de inserção dos lançamentos tributários de novos serviços prestados ou postos a disposição;
5. Revisão da Contribuição de Iluminação Pública:
 - a. Análise de todas as despesas com iluminação pública;





- b. Realização da comparação entre os calores arrecadados e os valores pagos a título de contribuição pública;
- 6. Suporte nos processos administrativos:
 - a. Definição dos fluxos processuais
 - b. Suporte aos agentes responsáveis pela análise e pelo tramite dos processos administrativos.
- 7. Triagem das dívidas em exercício e inseridas na Dívida Ativa:
 - a. Identificação dos títulos em eminência de Prescrição;
 - b. Auxiliar na organização das inscrições dos créditos tributários (em exercício e em dívida ativa) para serem colocados em execução extrajudicial e judicial;
 - c. Suporte na emissão de memorial de composição de dívida tributária e não tributária;

9 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 9.2. Pagar à Contratada o valor no prazo e condições estabelecidas neste termo e seus anexos;
- 9.3. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 9.4. Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de habilitação e qualificação exigidas no inciso XIII do art. 55 da Lei nº 8.666/93;

10 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. A Contratada se compromete a executar o levantamento das informações da área do município identificando os pontos tidos como relevantes realizando o traçado dos limites de forma georreferenciadas considerando ainda a necessidade de se regularizar o máximo de propriedades e equipamentos públicos irregulares;
- 10.2. Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução do contrato;
- 10.3. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.4. Realizar todo acompanhamento do início ao fim do contrato com os serviços técnicos e treinamento de toda a equipe Tributária da prefeitura, para identificar as receitas para a adequada cobrança das sonegações, bem como das receitas criadas.

11 - DA SUBCONTRATAÇÃO:

- 11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.520/2002, a Contratada que:
 - 12.1.1. Descumprir total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 12.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;





12.1.3. Fraudar na execução do contrato;

12.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5. Cometer fraude fiscal;

12.1.6. Não mantiver a proposta.

12.2. Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa, nos seguintes percentuais:

12.2.2.1. 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total do fornecimento, por dia de atraso na inexecução do contrato;

12.2.2.2. 3,0% (três por cento) sobre o valor total do fornecimento, por inexecução parcial das obrigações contratuais;

12.2.2.3. 10% (dez por cento) sobre o valor total do fornecimento, por inexecução total das obrigações contratuais.

12.3. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal, conforme disposto no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

12.4. Impedimento de licitar e contratar;

12.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do inciso V do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

13 - DA BASE LEGAL

13.1. Art. 24 Inciso II, da Lei de Licitações – Lei nº 8.666/93.

14 – DO CONTRATADO

14.1. **BRACHIO ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA – CNPJ: 30.493.312/0001-45**, estabelecida Avenida Marechal Deodoro, nº 383, 1º andar, sala 3B, Araés, Cep: 78.050-505, Cuiabá/MT.

15 - DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A aquisição, objeto deste termo, será fiscalizada e atestada por funcionário público Municipal ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da aquisição dos mesmos, que de tudo dará ciência à Administração conforme art. 67, da Lei nº 8.666/93, com suas alterações.

15.2. A administração rejeitará, no todo ou em parte, os objetos em desacordo com os termos do Contrato.

15.3. Todos os objetos de que trata este termo, deverão obedecer às especificações constantes neste termo e seus anexos.

16 – DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO





PREFEITURA
ALTO GARÇAS - MT
TEMPO DE CRESCER
Gestão 2021-2024

16.1. Dispensa de Licitação, nos Termos do Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Alto Garças/MT, 26 de julho 2021

SELMA LOBO NOGUEIRA
Secretária Municipal de Finanças e Planejamento

